

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.480 - BA (2020/0079308-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : VALTER DA SILVA SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por VALTER DA SILVA SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8000020-39.2020.8.05.0000).

Consta dos autos ter sido o recorrente preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 180, § 2º, do Código Penal (receptação qualificada).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 119):

HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ACUSAÇÃO DA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO DESCRITO NO ART. 180, § 2º, DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA DESNECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRA AÇÃO PENAL EM CURSO. SUPOSTA HABITUALIDADE DELITIVA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE DEMONSTRADA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E DE EVITAR A REITERAÇÃO DELITIVA. ARTS. 282, I E 312 DO CPP OBSERVADOS. DELITO COM PENA SUPERIOR A 4 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO. ART. 313, I, DO CPP. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER REPARADO. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DOS PACIENTES, POR SI SÓ, NÃO SÃO CAPAZES DE ASSEGURAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, SE PRESENTES AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO ART. 312 DO CPP. HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA.

Neste recurso, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não apontada, concretamente, a presença dos requisitos

do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Aduz a desproporcionalidade da custódia preventiva ante a possibilidade, em caso de eventual condenação, de fixação de regime prisional diverso do fechado e de substituição da pena.

Busca, inclusive liminarmente, seja revogada a custódia cautelar do recorrente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Explico.

Confira-se o que consta da decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão cautelar do recorrente (e-STJ fls. 94/96):

Consta que, no a 07/10/2019, por volta das 11h35min, no Bairro Santa Terezinha, Alagoinhas-BA, o denunciado foi flagrado por IPCs lotados em Alagoinhas na posse do aparelho celular Moto E4, da marca Motorola, imei 351833099319799 e 351833099319807, cor titanium e um fone de ouvido, os quais sabia serem produtos de crime.

Noticiam os autos investigativos que, no dia do fato, IPCs foram acionados por Saulo Souza Nascimento, o qual afirmou ter ciência do local aonde se encontrava o seu telefone celular que havia sido roubado no dia 06/10/2019 (Oc n 03361/2019). Asseverou Saulo que visualizou o seu aparelho em um anúncio de venda, na página "Alagoinhas Vendas", do Facebook, e manteve contato com o anunciante, tendo este informado que o aparelho não possuía nota fiscal.

Registre-se que Saulo agendou um encontro com o fito de efetuar a compra do aparelho, com o suposto vendedor de nome "Rodrigo Souza", o qual indicou a roupa que estava trajando. Neste contexto, os IPCs acompanhavam a situação, momento em que identificaram o acusado e deram "voz de prisão" ao mesmo, encontrando o aparelho celular em posse deste, no bolso da bermuda.

Cumpre frisar que o denunciado, ao ser questionado, informou ter adquirido o aparelho celular através do indivíduo de nome Gabriel Vinicius Santos da Silva, sabendo que o referido aparelho era produto de crime, tendo, para tanto, efetuado o pagamento da quantia

Superior Tribunal de Justiça

de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), sendo que pretendia vender o aparelho por R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Noticiam os autos que, o denunciado foi preso em flagrante nos autos de nº 0301058-74.2019.805.0004, no qual foi homologada a prisão em flagrante e convertida em prisão preventiva, em 15/10/2019 às fls. 54/55.

A decretação da prisão preventiva do réu foi fundamentada na necessidade de resguardar a ordem pública, mediante indícios de autoria e materialidade.

O crime em apuração afeta negativamente a ordem pública autorizando a intervenção estatal com a decretação da custódia preventiva do réu VALTER DA SILVA SOUZA, buscando assim acautelar a sociedade da prática de novos crimes. A garantia da ordem pública, pressuposto eleito pelo legislador para permanecer no Código de Processo Penal por representar a doutrina majoritária, objetiva resguardar a sociedade da reiteração de crimes em virtude da periculosidade do agente, no sentido da prevenção geral, além de "acautelar o meio social garantindo a credibilidade da justiça em crimes que provoquem clamor público".

Aliado a isso, em consulta aos Sistemas SAJ e Saipro o réu responde a outra ação penal: 0301451-19.2014.805.0054 pela prática de um crime de roubo majorado.

Desta forma, a providência judicial tomada, além de embasar-se nos preceitos legais acima descritos, ratifica a presença do Poder Judiciário nesta comarca no seu legítimo exercício da jurisdição penal.

Dessa forma, do exposto, necessário se faz a intervenção estatal, com a manutenção da custódia preventiva. Não merece acolhida a pretensão da defesa do réu quando alega ausência dos requisitos autorizadores da constrição, uma vez que o processo transcorre em seu regular andamento, com audiência de instrução designada para o dia 09/03/2020, às 14:00 horas, momento em que poderá o pedido de revogação ser reavaliado por este Juízo.

*Assim sendo, restam subsistentes os fatos que ensejaram a decretação da preventiva do réu, não trazendo a nobre defesa nenhuma mudança fática ou jurídica a justificar a alteração da medida cautelar. Posto isto, **DENEGO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA** de VALTER DA SILVA SOUZA, vulgo MINGOTE, já qualificado, com arrimo no quanto dispõe o art. 311 e 312, do Código de Processo Penal, com a finalidade de garantir a ordem pública.*

Ressalto, por fim, a insuficiência da aplicação das medidas cautelares insculpidas no art. 319 do Código de Processo Penal, pelos motivos delineados nesta. (Grifei.)

Como se vê, a despeito de o decreto prisional não ser desprovido de motivação – já que invoca a reiteração delitiva do paciente –, o fato é que, ao menos num

Superior Tribunal de Justiça

juízo perfunctório, parece-me suficiente, para os fins acautelatórios pretendidos, a imposição de medidas outras que não a prisão, **sobretudo porque (a) não se está diante de crime praticado mediante violência ou grave ameaça, (b) trata-se da suposta receptação de um aparelho celular e (c) a ação penal em curso em desfavor do recorrente, invocada na decisão de primeiro grau, remonta ao ano de 2014.**

Como é cediço, a custódia cautelar é providência extrema que, como tal, somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual "*a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)*".

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida nesta insurgência, mostra-se imperioso o deferimento do pedido emergencial, ainda que em menor extensão.

Ante o exposto, **defiro a liminar** tão somente para assegurar possa o recorrente aguardar em medidas cautelares alternativas, a serem fixadas pelo Juízo de primeiro grau, o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*, se por outro motivo não estiver preso.

Solicitem-se informações pormenorizadas acerca do caso em questão
ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator